

SATO EDITAL Nº de 1º e 2º LEILÕES PÚBLICOS EXTRAJUDICIAIS E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES – ONLINE E PRESENCIAL - Local do Leilão - Travessa Comandante Saigado, 75, Fundação – São Caetano do Sul/SP e online no site www.satoleiloes.com.br. **TATIANA HISA SATO**, Leiloeira Oficial – mat. Jucesp nº 817, autorizada **EMBRACON ADMINISTRADORA DE CONSORCIO LTDA – CNPJ 58.113.812/0001-23**, venderá em 1º e 2º Leilão Público Extrajudicial – art. 26, 27 e § da Lei Fed. Nº 9.514/97 e suas alterações, o IMÓVEL: Imóvel constituído de parte dos lotes 6-B, 7-B e 121-A da planta Teixeira de Freitas, designado como lote 15-NO-A-73, quadra 28, setor 11, zona 1ª, a área total de 254,40m², contendo uma casa de alvenaria sob nº 378 da referida Rua Martin Afonso. **MATRÍCULA 5.262 – Registro de Imóveis 1ª Circunscrição de Curitiba/PR. 1º LEILÃO 27/05/2024 às 11:30 - VALOR: R\$ 1.170.000,00. 2º LEILÃO 28/05/2024 às 11:30 - VALOR: R\$ 936.000,00.** Caso haja débitos referente ao IPTU/ITR e/ou condomínio será por conta do arrematante. Caso o mutuário queira exercer o direito de preferência, o valor para arrematação é exatamente o valor de R\$ 603.100,00. Somente o mutuário poderá arrematar por este valor à vista. Encargos do arrematante: pagamento à vista do valor do arremate e 5% de comissão da leiloeira; emissão de matrícula, certidões (inclusive das Credoras) para lavratura e registro da escritura; ITBI e despesas com escritura/registro; despesas a partir da data da arrematação; desocupação do imóvel. Venda ad corpus. **Consolidação da Propriedade em 18/04/2024. Os Fidejuciantes – MIRIAM CRISTINE BORTOLOTTI DE CASTRO – CPF 696.863.359-00 casada sob o regime de separação de bens com LUIS GUILHERME DE CASTRO – CPF 550.309.639-87 – comunicado das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência. Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital completo, disponível no portal da Sato Leilões – www.satoleiloes.com.br | (11) 4223-4343. Desta forma, ficam os devedores fidejuciantes intimados por meio deste edital público, sem prejuízo das intimações pessoais negativas ou positivas.**

inepar **INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06 - NIRE nº 41 3 0029559 0
COMPANHIA ABERTA
EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
Tendo em vista a não instalação, em primeira convocação, da Assembleia Geral Extraordinária inicialmente programada para 06 de maio de 2024, em virtude da ausência de quórum de instalação, ficam convidados os Acionistas da Inepar S.A. Indústria e Construções - Em Recuperação Judicial ("Companhia" ou "Inepar") para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, em **segunda convocação**, no dia **20 de maio de 2024, às 09:00hrs**, na sede social da Companhia, localizada na Alameda Dr. Carlos de Carvalho nº 373, Cjto. 1101, 11º Andar, Centro, CEP 80410-180, em Curitiba, Estado do Paraná, para, em cumprimento ao plano de recuperação judicial apresentado pela Companhia e demais empresas de seu grupo, aprovado em assembleia geral de credores em 13 de maio de 2015 e homologado judicialmente em 21 de maio de 2015, no âmbito de sua recuperação judicial, a qual se encontra em curso perante a 1ª Vara de Falências, Recuperações Judiciais e Conflitos Relacionados à Arbitragem da Comarca da Capital de São Paulo, sob o processo nº 1010111-27.2014.8.26.0037 ("Plano de Recuperação Judicial"), apreciarem a proposta da administração da Companhia datada de 04 de abril de 2024 ("Proposta da Administração") e deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: **I - Em Assembleia Geral Extraordinária:** (1) (Ratificar os aumentos de capital homologados pelo Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado, em decorrência da conversão de debêntures de emissão da Companhia; (2) Aumentar o capital social da Companhia, no valor total de R\$ 5.124.597,94 (cinco milhões, cento e vinte e quatro mil, quinhentos e noventa e sete reais e quatro centavos), mediante emissão particular de 289.642 (duzentas e oitenta e nove mil, seiscentas e quarenta e duas) novas ações ordinárias (que serão em tudo idênticas às ações ordinárias já existentes da Companhia), pelo preço de emissão de R\$ 17,69286893 por ação, fixado pelo critério da perspectiva da rentabilidade futura da Companhia, de acordo com o art. 170, §1º, inciso I, da Lei nº 6.404/1976, conforme Laudo de Avaliação Econômico-Financeira da Companhia apresentado no Anexo VIII da Proposta da Administração, dos quais R\$ 999.264,90 (novecentos e noventa e nove mil, duzentos e sessenta e quatro reais e noventa centavos) serão destinados à conta de capital social, e R\$ 4.125.333,04 (quatro milhões, cento e vinte e cinco mil, trezentos e trinta e três reais e quatro centavos) serão destinados à formação de reserva de capital. Tendo em vista o acima exposto, o capital social da Companhia passará **de R\$ 542.686.429,91** (quinhentos e quarenta e dois milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e vinte e nove reais e noventa e um centavos) **para R\$ 543.685.694,81** (quinhentos e quarenta e três milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e noventa e quatro reais e oitenta e um centavos). O aumento do capital se dará mediante a capitalização dos valores que se tornaram incontroversos dos créditos detidos pelos credores quirografários contra a Companhia, conforme manifestação dos credores que optaram pela conversão de seus créditos em ações da Companhia, nos termos do Plano de Recuperação Judicial. Será resguardado aos atuais acionistas da Companhia o direito de preferência na subscrição das novas ações, proporcionalmente às respectivas participações no capital social da Companhia, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados com base na posição acionária que será definida oportunamente quando da publicação do aviso aos acionistas comunicando a aprovação do aumento de capital mediante capitalização de créditos, bem como na subscrição de eventuais sobras, conforme o disposto no art. 171 da Lei nº 6.404/1976, dentro do prazo estabelecido no respectivo aviso aos acionistas que será emitido pela Companhia. Os acionistas que vierem a exercer seu direito de preferência para a subscrição de ações deverão efetuar o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição. Nesse caso, as importâncias por eles pagas serão entregues aos titulares dos créditos a serem capitalizados, de forma proporcional, conforme o disposto no art. 171, §2º, da Lei nº 6.404/1976; (3) 12ª e 13ª emissões, pela Companhia, de debêntures perpétuas, conversíveis em ações, da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, sendo R\$ 192.653.942,00 (cento e noventa e dois milhões, seiscentos e cinquenta e três mil, novecentos e quarenta e dois reais), no caso da 12ª emissão, e de R\$ 1.248.430,00 (um milhão, duzentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e trinta reais), no caso da 13ª emissão, sendo que cada debênture da 13ª emissão de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) será pago o valor de R\$ 13,60989918, observados os termos do Plano de Recuperação Judicial, totalizando o valor de R\$ 16.991.006,43 (dezesseis milhões, novecentos e noventa e um mil, seiscentos e quarenta e três centavos), as quais serão subscritas e integralizadas mediante a conversão dos créditos detidos em face da Companhia, de acordo com a manifestação dos credores que optaram por converter seus créditos em debêntures e cujo valor total é incontroverso, nos termos do Plano de Recuperação Judicial, bem como autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários à realização de referidas emissões. Será resguardado aos atuais acionistas da Companhia o direito de preferência na subscrição de referidas debêntures conversíveis em ações, proporcionalmente às respectivas participações no capital social da Companhia, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados com base na posição acionária que será definida oportunamente quando da publicação do aviso aos acionistas comunicando a aprovação das emissões de debêntures, bem como na subscrição de eventuais sobras, conforme o disposto no art. 57, §1º, e art. 171, §3º, da Lei nº 6.404/1976, dentro do prazo estabelecido no respectivo aviso aos acionistas que será emitido pela Companhia. Os acionistas que vierem a exercer seu direito de preferência para a subscrição das debêntures deverão efetuar o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição; (4) Ratificar a contratação, pela administração da Companhia, do agente fiduciário e do escriturador da 12ª e da 13ª emissões de debêntures mencionadas no item (3) acima; (5) Uma vez devidamente aprovadas as matérias da pauta, reformar o Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, para refletir (i) os aumentos de capital homologados pelo conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado, em decorrência da conversão de debêntures de emissão da Companhia; e (ii) o aumento de capital mencionado no item 2 da pauta, caso seja provado, conforme Proposta da Administração; (6) Consolidar o Estatuto Social da Companhia de forma a refletir as alterações acima indicadas; e (7) Autorizar à Diretoria da Companhia adotar e praticar todos os atos necessários à efetivação das matérias constantes da Ordem do Dia, notadamente as providências necessárias aos lançamentos dos valores mobiliários. **Informações Gerais: Participação do Acionista na Assembleia:** A participação do Acionista na Assembleia poderá se dar presencialmente ou por procurador devidamente constituído, ou por via boletim de voto a distância, sendo que neste último caso as instruções de voto referente à ordem do dia da AGE recebidas pela Companhia por meio de boletim de voto a distância, por ocasião da primeira convocação, serão considerados normalmente na AGE a ser realizada em segunda convocação, nos termos da Resolução CVM 81/22. **Procuração:** As procurações poderão ser outorgadas observado o disposto no art. 126 da Lei nº 6.404/76 e na Proposta da Administração. O representante legal do Acionista deverá comparecer à Assembleia munido da procuração e demais documentos indicados na Proposta da Administração, além de documento que comprove a sua identidade. **Boletim de Voto a Distância:** Os boletins de voto a distância enviados pelos Acionistas, por ocasião da primeira convocação da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06/05/2024, serão considerados válidos para a segunda convocação, nos termos da Resolução CVM 81/22. **Encontra-se à disposição dos acionistas, na Diretoria de Relações com Investidores, localizada na sede social da Companhia, e nos endereços eletrônicos da Companhia (<http://www.inepar.com.br>), da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (<http://www.cvm.gov.br>) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), todos os documentos e informações pertinentes às matérias da Ordem do Dia a serem examinadas e deliberadas pela AGE, incluindo, sem limitação, ao boletim de voto a distância, Proposta da Administração e demais documentos e informações requeridas pelas Resoluções da CVM nº 80 e 81, incluindo todas as orientações e instruções para participação na Assembleia. Eventuais dúvidas sobre o presente Edital de Convocação poderão ser enviadas para o Departamento de Relações com Investidores da Inepar, por meio do correio eletrônico ri@inepar.com.br. Curitiba (Pr), 09 de maio de 2024. **Irajá Galliano Andrade** - Presidente do Conselho de Administração; **André de Oms** - Membro do Conselho de Administração.**

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO
A ORGANIZAÇÃO PARQUE JARDIM DA PAZ LTDA (CNPJ: 04.808.545/0001-80) torna público que **requereu** da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Curitiba - SMMA, a Licença de Operação de Regularização para a **atividade de gestão e manutenção de cemitérios instalada na Avenida Anita Garibaldi, 7.125 - Cachoeira - CEP: 82220-000 - Curitiba - Paraná.**

AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2024
OBJETO: Contratação de empresa especializada para realizar a reforma e revitalização da Estrada Rural do Bairro dos Arrudas, neste Município, com prazo de execução de 150 (cento e cinquenta) dias - Contrato de Repasse nº 90551/2020/MAPA/CAIXA, conforme projetos, orçamento, memorial e cronogramas. **VALOR:** R\$ 626.407,49 - **ABERTURA:** às 13h15min do dia 03/06/2024, no site <http://bllcompras.org.br/> - **EDITAL:** www.santoantoniodaplatina.atende.net - **INFORMAÇÕES:** FONES/ MAIL: (43) 3534-8700 - licitacao@santoantoniodaplatina.pr.gov.br. Santo Antônio da Platina/PR, 10 de maio de 2024 – Taffarel Brito Barbosa – Pregoeiro.

PUBLICIDADE LEGAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ
AVISO DE PUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2024
LICITAÇÃO COM LOTE PARA AMPLA CONCORRÊNCIA E LOTE COM RESERVA DE COTAS
• DATA INÍCIO ACOLHIMENTO PROPOSTAS: 13/05/24 às 08h00min.
• DATA PARA ABERTURA DA SALA DE DISPUTA: 03/06/24 às 09h00min.
Objeto: "AQUISIÇÃO DE KITS DE HIGIENE BUCAL, DESTINADOS AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR".
Valor Máximo: R\$ 211.140,00 (duzentos e onze mil e cento e quarenta reais).
Local de Abertura: Por meio do endereço eletrônico <https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-inter-estatico/> no site do Banco do Brasil, licitação nº 1045467 **Informações Complementares:** O Edital poderá ser retirado por meio do endereço eletrônico <https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-inter-estatico/> ou no site da Prefeitura através do Portal da Transparência: https://transparencia.betha.cloud/#/nP_k8chtD340jA5YhS5Cow=/consulta/65731 Dúvidas através do telefone: (41) 3699-8654.

Almirante Tamandaré, 10 de maio de 2024.
ROSANA APARECIDA ESSER - Pregoeira Oficial

**Balancos,
Atas,
Súmulas,
ou
Editais?**

**A melhor
relação**

custo

x

benefício

em

Publicidade-

Legal

está no

Bem Paraná

**Faça um orçamento
sem compromisso**

3350.6620



**BEM
PARANÁ**

"INFRAFRM SERVIÇOS DE APOIO À SAÚDE LTDA,
CNPJ 31.132.001/0001-13, NIRE 412.0885502-9,
são convocados pela administradora **MARCIO ADILSON SOTELLO**, os senhores sócios quotistas para participarem da Assembleia dos sócios a se realizar no dia 17 de maio de 2024, a reunião será realizada em formato on-line, a partir de ferramentas virtuais organizada pelos representantes, em 1ª convocação as 10:00 horas com a presença mínima de 3/4 do capital social e 2ª convocação as 15:30 horas com número qualquer de presentes para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Cessão (venda) de quotas sociais entre cotistas e terceiros; 2. Ingresso e retirada de sócios que manifestarem interesse perante a sociedade; 3. Assuntos gerais de interesse social. Marcio Adilson Sotello, Administrador"

"HERA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA,
CNPJ 13.210.413/0001-42, NIRE 412.0695971-4,
são convocados pelo administrador **THIAGO GAYER MADUREIRA**, os senhores sócios quotistas para participarem da Assembleia dos sócios a se realizar no dia 17 de maio de 2024, a reunião será realizada em formato on-line, a partir de ferramentas virtuais organizada pelos representantes, em 1ª convocação as 10:00 horas com a presença mínima de 3/4 do capital social e 2ª convocação as 10:30 horas com número qualquer de presentes para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Cessão (venda) de quotas sociais entre cotistas e terceiros; 2. Ingresso e retirada de sócios que manifestarem interesse perante a sociedade; 3. Assuntos gerais de interesse social. Thiago Gayer Madureira, Administrador"

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO
A OMECO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÁQUINAS LTDA (CNPJ: 76.485.390/0001-07) torna público que **recebeu** da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Curitiba - SMMA, a **Renovação da Licença de Operação para a atividade de fabricação de máquinas e equipamentos para uso industrial específico e não especificados anteriormente, peças e acessórios e serviços (RLO-23000564) com validade para 30/12/2026 instalada à Avenida das Indústrias, 2450, bairro Cidade Industrial de Curitiba/PR (CEP: 81.310-060).**



AVISO DE EDITAL
CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2024
O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ - CIEDEPAR, torna público, para o conhecimento dos interessados, que realizará **CHAMADA PÚBLICA** para convocação de interessados em participar do processo de inscrição e avaliação de obras literárias e material didático e paradidáticos com vistas ao ensino-aprendizagem dos níveis educacionais descritos neste edital, visando à distribuição aos estudantes da educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental e EJA, observando os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento do currículo dos municípios consorciados.
PRAZO DE ENVIO: De 13/05/2024 até o dia 29/05/2024, em dias úteis, das 09:00h às 16:00h e deverão ser entregues na sede do Consórcio, sito à Rua Voluntários da Pátria nº 400, 4º andar – Sala 402 – CEP: 80020-010 – Centro, Curitiba/PR ou por e-mail: licitacao@ciedepar.com.br de forma **online** para acesso.
ABERTURA: Dia 03/05/2024 às 13:00h.
AVALIAÇÃO: Em até 10 (dez) dias úteis.
LOCAL DO EDITAL: <https://ciedepar.com.br/licitacoes/>
* Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
Maiores informações poderão ser obtidas no Departamento de Licitações, na sede do CIEDEPAR, sita na Rua Voluntários da Pátria nº 400, 4º Andar, Sala 402, Centro – Curitiba - PR ou pelo e-mail: licitacao@ciedepar.com.br.
Curitiba, 10 de maio de 2024.

Edimar Aparecido Pereira dos Santos
Presidente CIEDEPAR

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2024
O Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Araucária, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA a **AUDIÊNCIA PÚBLICA** prevista no § 4º do artigo 9º da Lei Complementar nº101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, **A SER REALIZADA NO AUDITÓRIO VEREADOR FRANCISCO RIBEIRO CARDOSO (PLENARINHO) DESTA LEGISLATIVA MUNICIPAL, NO DIA 29 DE MAIO DE 2024, QUARTA-FEIRA, A PARTIR DAS 10H00 (DEZ HORAS DA MANHÃ)**, com o objetivo de demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais do primeiro quadrimestre de 2024. Câmara Municipal de Araucária, 06 de maio de 2024. **PEDRO FERREIRA DE LIMA** Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 113/2024

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, de acordo com a Lei Municipal nº 1.703/2006, artigo 37, inciso I, R E S O L V E: Exonerar, a partir de 08 de maio de 2024, a Servidora listado abaixo, do cargo de Assessor de Vereador símbolo CC-2, lotada no Gabinete do Vereador Ricardo Teixeira de Oliveira, do Quadro Próprio de Cargos de Provedimento em Comissão da Câmara Municipal de Araucária. **SERVIDOR RG Gislene Pereira Francisco 4.495.172-0 SSP/PR** Publique-se, Registre-se e Cumpra-se. Araucária, 08 de maio de 2024. **Ben Hur Custódio de Oliveira PRESIDENTE Irineu Cantador 1º SECRETÁRIO. Ricardo Teixeira de Oliveira 2º SECRETÁRIO.**

social corrente e diferido. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferida

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em suas controladas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia e suas controladas sejam capazes de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prováveis custos e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia e suas investidas esperam recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

f. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, alta liquidez, que são prontamente convertíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. São registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

g. Contas a receber de clientes e provisão para perdas esperadas

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e suas investidas.

A provisão para perdas esperadas foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. Os critérios e as premissas utilizados pela Administração, bem como a movimentação da provisão, estão descritos na nota explicativa nº 10 – Contas a receber de clientes.

h. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas investidas.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia e suas investidas obterão a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado, no exercício corrente e comparativo, são as seguintes:

	Anos
Guindastes	5-10 anos
Máquinas e equipamentos	5-10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Ativos intangíveis e ágio

(i) Reconhecimento e mensuração

O ágio é mensurado pelo custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

O reconhecimento do ágio nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foi efetuada em consonância com os dispostos nas normas (i) CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios; (ii) CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas; e (iii) ICPN 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.

Softwares e demais intangíveis

Possuem vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam.

(iii) Amortização

Os softwares e demais intangíveis são amortizados utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

As vidas úteis estimadas dos intangíveis, no exercício corrente e comparativo, são as seguintes:

	5 anos	10 anos
Softwares	5 anos	10 anos
Outros intangíveis	5 anos	10 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas investidas se tornarem parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas investidas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas investidas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas investidas consideram:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitem o acesso da Companhia e suas investidas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros – Classificação e Mensuração subsequente:

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no reconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros

A Companhia e suas investidas classificaram os ativos financeiros nas categorias de Empréstimos e recebíveis, os quais são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos e na categoria de "valor justo por meio do resultado".

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no reconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e suas investidas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas investidas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas investidas nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Se a Companhia e suas investidas realizarem transações em que transferem ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantêm todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas investidas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas investidas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas investidas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas investidas não celebraram contratos com instrumentos financeiros derivativos em nenhum dos exercícios apresentados.

k. Capital social – Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como reduções do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizados conforme o CPC 32.

Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia e suas investidas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Ativos de contrato.

A Companhia e suas investidas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Titulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas investidas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas investidas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

A Companhia e suas investidas presumem que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso e sem garantias que possam ser utilizadas para a sua realização.

A Companhia e suas investidas consideram um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia e suas investidas, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

A Companhia e suas investidas consideram que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento". As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia e suas investidas estão expostas ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia e suas investidas de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e suas investidas esperam receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e suas investidas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia e suas investidas em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas investidas não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais ou corporativos, a Companhia e suas investidas fazem uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia e suas investidas não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e suas investidas para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas investidas, que não os ativos fiscais diferidos, são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

m. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e suas investidas têm uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Se o efeito temporal do montante for significativo, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

n. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia e suas investidas têm acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia e suas investidas.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia e suas investidas requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, a Companhia e suas investidas mensuram o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia e suas investidas utilizam técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia e suas investidas mensuram valores com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação – ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia e suas investidas determinarem que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico

nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

8 Novas normas e interpretações ainda não efetivadas

Uma série de novas normas serão efetivadas para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia e suas investidas não adotaram essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

CPC 50 – Contratos de seguro

O CPC 50 é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O CPC 50 substitui o CPC 11 – Contratos de Seguro.

O CPC 50 se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do CPC 50 é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O CPC 50 é baseado em um modelo geral,

complementado por: Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (Alterações ao CPC 26);

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável)

- Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração

A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Definição de estimativas contábeis – Alterações ao CPC 23 políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro

As alterações ao CPC 23, esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. **Divulgação de políticas contábeis – Alterações ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis**

As alterações ao CPC 26 (R1) fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecerem divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis.

As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Imposto diferido relacionado a ativos e passivos originados de uma simples transação – Alterações ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro

As alterações ao CPC 32 estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Reforma tributária internacional – Regras do modelo do Pilar Dois – Alterações ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro

As alterações ao CPC 32 foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem:

- Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e
- Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva.

A exceção temporária obrigatória – cujo uso deve ser divulgado – entra em vigor imediatamente.

Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, pois a Companhia não está sujeita às regras do modelo do Pilar Dois, uma vez que sua receita é inferior a 750 milhões de euros por ano.

9 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e bancos	1	1	101	

resultado da aquisição complementar de 40% da Rocha RS Terminais Portuários e Logística S.A. em outubro de 2019.

(iii) Refere-se ao ágio reconhecido como resultado da aquisição de 50% do capital da Companhia Operadora Portuária de Itaipu-COPI, sendo 25% em agosto de 2015 e os outros 25% no primeiro semestre de 2018.

(iv) Refere-se à mais valia atribuída aos ativos tangíveis (principalmente, guindastes e equipamentos) e intangíveis (principalmente, carteira de clientes) reconhecidos como resultado da aquisição de 50% da Companhia Operadora Portuária de Itaipu-COPI, sendo 25% em agosto de 2015 e os outros 25% no primeiro semestre de 2018.

(v) Investimento cindido pela Rocha RS em 31 de maio de 2023, vide nota explicativa 1.

(iii) Informações da controlada e empreendimento controlado em conjunto

Rocha RS		2023		2022	
Ativos circulantes	6.626	-	167.591	-	7.828
Ativos não circulantes	50.022	-	167.591	-	167.591
Passivos circulantes	19.442	-	23.693	-	23.693
Passivos não circulantes	8.901	-	105.923	-	105.923
Receitas líquidas do exercício	68.417	-	65.791	-	65.791
Custos e despesas do exercício	(60.162)	-	(51.911)	-	(51.911)
Resultado da investida no exercício	8.255	-	13.880	-	13.880
Capital social	2.895.000	-	2.895.000	-	2.895.000
Quantidade de quotas possuídas	28.325	-	45.803	-	45.803
Patrimônio líquido	100.000%	-	100.000%	-	100.000%
Participação no capital social no final do exercício	28.325	-	45.803	-	45.803
Participação no patrimônio líquido	-	-	-	-	-

Controlada em conjunto

COPI Consolidado (i)		2023		2022	
Ativos circulantes	-	-	15.317	-	15.317
Ativos não circulantes	-	-	372.642	-	372.642
Passivos circulantes	-	-	39.609	-	39.609
Passivos não circulantes	-	-	128.146	-	128.146
Receitas líquidas do exercício	-	-	141.877	-	141.877
Custos e despesas do exercício	-	-	(118.500)	-	(118.500)
Resultado da investida no exercício	-	-	23.377	-	23.377
Capital social	-	-	83.871	-	83.871
Quantidade de quotas possuídas	-	-	83.871	-	83.871
Patrimônio líquido	-	-	220.203	-	220.203
Participação no capital social no final do exercício	-	-	50.000%	-	50.000%
Participação no patrimônio líquido	-	-	110.102	-	110.102

(i) Investimento cindido pela Rocha RS em 31 de maio de 2023, vide nota explicativa 1.

(iv) Movimentação dos investimentos no exercício

Rocha RS		2023		2022	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	91.210	-	91.210	-	91.210
Baixa por cisão parcial	(25.733)	-	(25.733)	-	(25.733)
Resultado de equivalência patrimonial (i)	5.339	-	5.339	-	5.339
Saldo em 31 de dezembro de 2023	70.816	-	70.816	-	70.816

Controladora

Rocha RS		2023		2022	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	80.262	-	80.262	-	80.262
Resultado de equivalência patrimonial (i)	10.948	-	10.948	-	10.948
Saldo em 31 de dezembro de 2022	91.210	-	91.210	-	91.210

Consolidado

COPI		2023		2022	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	123.851	-	123.851	-	123.851
Reversão de dividendos a receber	2.193	-	2.193	-	2.193
Resultado de equivalência patrimonial (i)	5.535	-	5.535	-	5.535
Baixa por cisão parcial (iii)	(131.573)	-	(131.573)	-	(131.573)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	-	-	-

Consolidado

COPI		2023		2022	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	82.497	-	82.497	-	82.497
Aumento de capital (ii)	31.500	-	31.500	-	31.500
Dividendos a receber	(2.193)	-	(2.193)	-	(2.193)
Reversão de dividendos a receber	935	-	935	-	935
Resultado de equivalência patrimonial (i)	11.112	-	11.112	-	11.112
Saldo em 31 de dezembro de 2022	123.851	-	123.851	-	123.851

(i) A Companhia apresenta nas suas demonstrações financeiras como reductor da equivalência patrimonial de seus investimentos a parcela correspondente a cada amortização de mais valia auferida no desdobramento do preço de aquisição de seus investimentos.

(ii) Em 27 de julho de 2021, o Conselho de Administração da controlada Rocha RS aprovou o aumento de capital na investida COPI no montante de R\$ 135.000, através da emissão de 135.000.000 de novas ações pela investida COPI. A controlada Rocha RS, coube integralizar o montante de R\$ 67.500 o qual foi efetuada em 4 parcelas trimestrais até julho de 2022. Os recursos captados pela investida COPI destinaram-se a construção do novo terminal em Palmeira-TO.

(iii) Investimento cindido pela Rocha RS em 31 de maio de 2023, vide nota explicativa 1.

13 Imobilizado (Consolidado)

(i) Composição do saldo

	2023		2022	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Guindastes	36.874	(23.818)	13.056	7.338
Terrenos (i)	13.402	-	13.402	13.402
Edificações (ii)	6.127	(706)	5.421	5.626
Máquinas e equipamentos	4.220	(1.641)	2.579	2.618
Móveis e utensílios	351	(195)	156	336
Veículos	279	(156)	123	175
Benf. Imóveis de terceiros	5.531	(671)	4.860	5.104
Mais valia Rocha RS (iii)	7.042	(3.633)	3.409	3.550
	74.026	(30.820)	43.206	38.146

Movimentação do custo

	2023				2022				
	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências
3	28.520	8.354	-	-	36.874	28.520	8.354	-	-
Guindastes	13.402	-	-	-	13.402	13.402	-	-	-
Terrenos (i)	6.127	-	-	-	6.127	6.127	-	-	-
Edificações (ii)	3.899	321	-	-	4.220	3.899	321	-	-
Máquinas e equipamentos	448	106	(3)	-	551	448	106	(3)	-
Móveis e utensílios	331	-	(52)	-	279	331	-	(52)	-
Veículos	5.469	62	-	-	5.531	5.469	62	-	-
Benf. Imóveis de terceiros	7.042	-	-	-	7.042	7.042	-	-	-
Mais valia Rocha RS (iii)	65.236	8.843	(55)	-	74.026	65.236	8.843	(55)	-

Movimentação da depreciação

	2023				2022				
	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências
Guindastes	(21.182)	(2.636)	-	-	(23.818)	(21.182)	(2.636)	-	-
Edificações (ii)	(501)	(205)	-	-	(706)	(501)	(205)	-	-
Máquinas e equipamentos	(1.281)	(360)	-	-	(1.641)	(1.281)	(360)	-	-
Móveis e utensílios	(115)	(83)	3	-	(195)	(115)	(83)	3	-
Veículos	(156)	(52)	52	-	(156)	(156)	(52)	52	-
Benf. Imóveis de terceiros	(3.492)	(141)	-	-	(3.633)	(3.492)	(141)	-	-
Mais valia Rocha RS (iii)	(27.092)	(3.783)	55	-	(30.820)	(27.092)	(3.783)	55	-

Movimentação do custo

	2023				2022				
	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências
Guindastes	(296)	(205)	-	-	(501)	(296)	(205)	-	-
Edificações (ii)	(2.046)	(389)	1.154	-	(1.281)	(2.046)	(389)	1.154	-
Máquinas e equipamentos	(255)	(70)	210	-	(115)	(255)	(70)	210	-
Móveis e utensílios	(223)	(63)	130	-	(156)	(223)	(63)	130	-
Veículos	(99)	(26)	-	-	(125)	(99)	(26)	-	-
Benf. Imóveis de terceiros	(3.351)	(141)	-	-	(3.492)	(3.351)	(141)	-	-
Mais valia Rocha RS (iii)	(25.132)	(3.455)	1.495	-	(27.092)	(25.132)	(3.455)	1.495	-

(i) Em 2021, a controlada Rocha RS adquiriu um imóvel com benfeitorias e iniciou no 1º trimestre de 2022 as operações de armazenagens de grãos.

(ii) Inclui juros capitalizados até 2021 e 2022 no montante de R\$ 979, vide N.E. 16.

(iii) Refere-se à alocação contábil de parte do valor pago pela Companhia para aquisição de 100,00% das ações da Rocha RS.

Revisão das vidas úteis

As taxas de depreciação do ativo imobilizado foram revistas durante o exercício, conforme requerido pelo CPC - 7 - Ativo Imobilizado, sendo que a Companhia e suas investidas não identificaram a necessidade de alterar as taxas de depreciação/vidas úteis utilizadas no exercício anterior.

Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 a Administração realizou testes com o objetivo de identificar a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar registrados acima do seu valor recuperável. Após tais análises a Administração não identificou indicadores, internos ou externos, de que os valores recuperáveis desses ativos sejam inferiores aos seus valores contábeis, consequentemente, nenhuma provisão para perdas foi constituída.

Garantias

Os guindastes foram dados em garantias pela Companhia Rocha RS nos contratos de empréstimos em aberto firmados com as instituições financeiras.

14 Intangível (Consolidado)

Composição do saldo

	2023		2022	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Ágio na aquisição da subsidiária (i)	14.698	-	14.698	14.698
Intangíveis identificados em aquisição de subsidiária (i)	35.781	(11.398)	24.383	27.158
Softwares e sistemas	213	(62)	151	148
Outros intangíveis	9	-	9	9
	50.701	(11.460)	39.241	42.013

(i) Movimentação do custo

	2023				2022				
	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências
Ágio na aquisição da subsidiária (i)	14.698	-	-	-	14.698	14.698	-	-	-
Intangíveis identificados em aquisição de subsidiária (i)	35.781	-	-	-	35.781	35.781	-	-	-

	2023				2022				
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências
Softwares e sistemas	172	41	-	-	213	172	41	-	-
Outros intangíveis	9	-	-	-	9	9	-	-	-
	50.660	41	-	-	50.701	50.660	41	-	-

	2023				2022				
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências
Ágio na aquisição da subsidiária (i)	14.698	-	-	-	14.698	14.698	-	-	-
Intangíveis identificados em aquisição de subsidiária (i)	35.781	-	-	-	35.781	35.781	-	-	-
Softwares e sistemas	15	167	(10)	-	172	15	167	(10)	-
Outros intangíveis	3	6	-	-	9	3	6	-	-
	50.497	173	(10)	-	50.660	50.497	173	(10)	-

(ii) Movimentação da amortização

	2023				2022				
	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências
Intangíveis identificados em aquisição de subsidiária (i)	(8.623)	(2.775)	-	-	(11.398)	(8.623)	(2.775)	-	-
Softwares e sistemas	(24)	(38)	-	-	(62)	(24)	(38)	-	-
	(8.647)	(2.813)	-	-	(11.460)	(8.647)	(2.813)	-	-

(i) Refere-se ao ágio e mais valias reconhecidos quando da aquisição do controle da Rocha RS Terminais Portuários e Logística S.A., em julho de 2013.

(ii) Refere-se ao ágio e mais valias reconhecidos quando da aquisição do controle da Rocha RS Terminais Portuários e Logística S.A.

Ativos com vida útil indefinida

A Companhia e suas investidas avaliam anualmente se há evidências que indiquem que o valor recuperável dos ativos intangíveis de vida útil indefinida possa ter sofrido redução em relação aos valores registrados contabilmente. Quando tais evidências são identificadas testes detalhados de recuperabilidade (impairment) para essa categoria de ativos são procedidos. Nas datas dos balanços não foram identificados indicadores ou fatores de que os valores registrados contabilmente não sejam recuperáveis.

Ativos com vida útil indefinida

Os ativos com vida útil indefinida da Companhia e suas investidas são formados pelos ágios pagos em combinações de negócios. Esses ativos são submetidos a testes de recuperabilidade (impairment) anualmente, independentemente de haver ou não indicadores de riscos presentes. Os ágios apresentados acima estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, suportados por laudos de avaliações, após alocação dos ativos identificados.

Os ágios mantidos pela Companhia e suas investidas estão abaixo resumidos:

Negócio adquirido

Rocha RS (veja notas explicativas 14 e 21.c)		2023		2022	
--	--	------	--	------	--

24 Resultado financeiro

Table with columns: Controladora 2023, Controladora 2022, Consolidado 2023, Consolidado 2022. Rows include Receitas financeiras, Despesas financeiras, and Outras despesas financeiras.

(a) Refere-se a atualização do passivo por aquisição de controlada (vide nota 15.b).

25 Instrumentos financeiros (consolidado)

A Companhia e suas investidas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

Table with columns: Mensurados ao custo amortizado, Outros passivos financeiros, Saldo contábil, Saldo contábil. Rows include Ativos (Caixa e bancos, Aplicações financeiras, etc.) and Passivos (Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, etc.).

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia e suas investidas detinham caixa e equivalentes de R\$ 1.131 (R\$ 413 em 2022) nas demonstrações financeiras consolidadas, os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa é mantido com bancos e instituições financeiras de primeira linha.

Contas a receber e fornecedores

Decorrem diretamente das operações da Companhia e suas investidas, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido da provisão para perdas estimadas e ajuste a valor presente, quando aplicáveis. O valor contábil se equivale, substancialmente, ao valor justo tendo em vista o curtíssimo prazo de liquidação dessas operações.

Empréstimos e financiamentos

São classificados como outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois, de acordo com entendimento da Administração, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratar de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específico.

Gestão dos riscos financeiros

Visão geral

A Companhia e suas investidas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
Risco de liquidez; e
Risco de mercado.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a contraparte de um instrumento financeiro não conseguir cumprir com suas obrigações contratuais, que podem surgir principalmente junto aos recebíveis de clientes. As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento e análise de crédito.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas investidas possam eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas investidas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas investidas.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que oscilações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de

juros e preços dos serviços prestados pela Companhia e suas investidas, têm nos ganhos da Companhia e suas investidas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas investidas monitoram permanentemente os mercados locais, buscando antecipar-se aos movimentos de preços.

26 Cobertura de seguros

A Companhia e suas investidas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As importâncias seguradas estão incluídas nas apólices da Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.

Em 31 de dezembro de 2023, a cobertura de seguros contra riscos operacionais, na Companhia e suas investidas era composta por:

Ramo da apólice

- Bens móveis e imóveis (seguro compreensivo)
Operações da Companhia (seguro compreensivo)
Responsabilidade civil - administradores (D&O)
Seguro de vida em grupo
Cobertura para terceiros - veículos

Importâncias seguradas

- R\$ 69.300
R\$ 60.000
R\$ 45.000
R\$ 5.850
R\$ 300

A suficiência da cobertura de seguros é de responsabilidade da Administração da Companhia, que a considera adequada para cobrir eventuais sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

27 Informação suplementar às demonstrações de fluxo de caixa

Efeitos nas demonstrações em referência que não afetaram o caixa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, caso a operação tivesse afetado o caixa, seria apresentada na rubrica do fluxo de caixa abaixo:

Table with columns: Controladora 2023, Controladora 2022, Consolidado 2023, Consolidado 2022. Rows include Dividendos propostos por investidas, Dividendos revertidos por investidas, etc.

DIRETORIA

Darlan De David
Diretor Presidente

Rivadavia Simão
Diretor Administrativo e Financeiro

Mauro Prouença
Contador CRC/SC 036.682/O-4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos

Administradores e Acionistas da Rio Bacacheri Participações S.A. Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Rio Bacacheri Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado em 30 de março de 2023, sem modificação.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior

do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 07 de maio de 2024.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S. Ltda.

CRC SP-034519/O

Guilherme Bento Radominski

Contador CRC PR-072661/O

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Comarca de Curitiba Estado do Paraná
REGISTRO DE IMÓVEIS DA 8ª CIRCUNSCRIÇÃO
RUA JOSÉ LOUREIRO, 133 - 17º ANDAR - FONE: 3233-4107
www.Registro.com.br
ITALO CONTI JÚNIOR
AGENTE DELEGADO
CPF/MF Nº 004.056.559-91
Curitiba 03 de maio de 2024
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS
ITALO CONTI JÚNIOR, Agente Delegado do 8º Serviço de Registro de Imóveis de Curitiba-PR,
FAZ SABER, pelo presente Edital, a (i) EUNICE JOSIELE MEARDI DE ASSUNÇÃO na qualidade de proprietária e/ou ocupante do(s) imóvel(is) constituído(s) pelo(s) Sobrado nº 03 (três), do Conjunto Residencial CBR Torres, com indicação fiscal nº 84.101.031.000-1, matriculado sob nº 230.373 deste Serviço Registral. e (ii) NIRSON LENZ, na qualidade de proprietário e/ou ocupante do(s) imóvel(is) constituído(s) pela Unidade nº 02 (dois), do Condomínio Residencial 3 Marias, indicação fiscal nº 84.101.025.000-1 objeto da matrícula 197.448; que a requerimento de IZABEL ZILLIG, foi instaurado nesta Serventia, conforme Protocolo nº 730.745 do Livro nº 1, de Protocolo, processo visando a RETIFICAÇÃO das medidas penitenciais com alteração de área do imóvel de propriedade da requerente, constituído pelo Lote de terreno nº 02 (dois), matriculado neste Ofício de Registro de Imóveis sob nº 12.224 do Livro 2, de Registro Geral, e cadastrado junto ao Município de Curitiba sob a Indicação Fiscal nº 84.101.016.000-2. Assim, não tendo sido possível notificá-los pessoalmente, conforme certidões de (i) 20/02/2024 no protocolo 350.089, registrado sob nº 336.269 no Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas de São José dos Pinhais-PR e em 08/04/2024, protocolo sob nº 1.181.955 - 1.181.956, registrado 848.101 no 2º Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de Curitiba-PR; (ii) 07/03/2024 no protocolo 727.417 e 727418, (registro eletrônico nº 636.424) no 4º (Quarto) Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de Curitiba-PR e em 25/04/2024 nos protocolos 1.182.849 - 1.182.820, 1.182.851 - 1.182.852, e 1.182.853 - 1.182.854, (registro eletrônico nº 848.419) no 2º Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de Curitiba-PR, vem, em conformidade com o disposto no artigo 213, §§ 2º e 3º, da Lei nº 6.015/73, com a redação dada pelo artigo 59 da Lei nº 10.931, de 02.08.2004, NOTIFICA-LOS, pelo presente Edital, para, querendo e na qualidade de confinante, impugnar a retificação, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados da data da segunda e última publicação deste Edital, cuja manifestação deverá ser entregue no Cartório a seu cargo, situado à Rua José Loureiro, nº 133, Ed. Mauá, 18º andar - Centro, nesta Capital. Findo o prazo assinalado, sem que seja apresentada impugnação, presumir-se-á a anuência de V. Sª, a vista do disposto no § 4º daquele artigo. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância, foi expedido o presente Edital, que será publicado por duas vezes em jornal de circulação nesta Capital, na forma e sob as penas da lei.
ITALO CONTI JÚNIOR
AGENTE DELEGADO
Subscritores autorizados:
ROZANGELA RODRIGUES DE OLIVEIRA - Substituta Legal
Documento assinado eletronicamente com certificado digital expedido nos parâmetros da ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001.
Assinado por:
CARLA RUBIA DOS SANTOS
No dia: 03/05/2024

AVISO DE RERRATIFICAÇÃO
EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2024
PROCESSO Nº 54/2024
O MUNICÍPIO DE AMPÉRE, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO que foram retificados os seguintes anexos: Anexo I – Termo de Referência e o Anexo II - Habilitação, do Pregão Eletrônico acima citado. Informamos que a Nova Data de realização do mesmo será às 08h00 horas do dia 05 de Junho de 2024. Cópia completa do edital estará disponível no link licitação na página do Município: http://www.ampere.pr.gov.br e no endereço eletrônico www.compras.gov.br. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos deverão ser dirigidos à Comissão de Licitações, no endereço abaixo mencionado Telefone (46) 3547-1122, e-mail licitacao@ampere.pr.gov.br. Ampere-PR, 10 de Maio de 2024.
DISNEI LUQUINI
PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE TENENTE
ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2024
Objeto: Contratação de empresa para a aquisição 1 (uma) Plaina Agrícola Niveladora de Arrasto para a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio ambiente da Prefeitura Municipal de Campo do Tenente - PR, a ser adquirida com recursos do Convênio nº 945711/2023 firmado entre Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA e o município de Campo do Tenente.. Data de abertura de propostas e disputa de preços: 24/05/2024, às 9h. O edital está disponível na página blcompras.com e no site https://www.campodotenente.pr.gov.br/.
Majores informações poderão ser obtidas no Departamento de Licitações e Contratos, à Av. Miguel Komarchewski, nº 900, Centro, Campo do Tenente/PR - Fone: (41) 3628-1795, e-mail licitacaoctr@gmail.com.
Campo do Tenente, 10 de maio de 2024.
Weverton Willian Vizontin- Prefeito

Edital de Concorrência Eletrônica Nº 2.2024
A Prefeitura Municipal de Imbaú torna público que realizará Concorrência Eletrônica, com sessão de Disputa de Preços: às 09:30 horas do Dia 28 de maio de 2024 horário de Brasília - DF, com a finalidade de selecionar melhor proposta para Contratação de empresa especializada para reforma e ampliação da creche Mundo da Criança e Paraiso dos Anjos. Outras informações, bem como cópias do edital completo, poderão ser obtidos junto ao Site www.imbau.pr.gov.br, ícone Licitações e/ou a pasta Técnica, poderá ser obtidos junta a Prefeitura Municipal, durante o horário de expediente no endereço da Rua Francisco Siqueira Kortz, 471, São Cristóvão, Imbau / Pr - Fone 42 - 3278 -8125.
Imbaú 08 de maio de 2024.
DAYANE SOVINSKI RODRIGUES
Prefeita Municipal

Sindelpar
Sindicato dos Eletricitários do Paraná
A LOJA DA NATUREZA
Fundado em 19.05.1992
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
O SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DO PARANÁ - SINDELPAR, por seu presidente, e no uso de suas atribuições estatutárias, convoca todos os sindicalizados ou não para ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a realizar-se no dia 20 de maio de 2024, às 18h30min em primeira convocação e às 19hs em segunda e última convocação, para assembleia no formato virtual, através do link: https://us05web.zoom.us/j/87413043620?pwd=ET4qWwHWaE8TKWlw8RmTjaDBSmfU6.1 pelo aplicativo ZOOM, em caso de dificuldade com o link, poderá ser acessado o referido aplicativo e utilizado: Meeting ID: 874 1304 3620 e Passcode: 1ppAcV, no seu computador ou em um aplicativo móvel, para tratar da seguinte pauta: 1) Apresentação da proposta de alteração de endereço; 2) Apreciação, Discussão e Aprovação ou não da proposta. 3) Assuntos gerais pertinentes a categoria. Curitiba, 13 de maio de 2024. Paulo Sérgio dos Santos - Presidente SINDELPAR.
Rua Marechal Deodoro, 51 Conj 1604B www.sindelpar.com.br
CEP 80.020-320 - Centro sindelpar@sindelpar.com.br
Curitiba - Paraná - Brasil (41) 3323 - 7292

Faça um orçamento sem compromisso



Sindicato dos Clubes Esportivos, de Cultura Física e Hípicos do Estado do Paraná

**ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
 EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

O Presidente do Sindiclubes-PR, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca todas as entidades integrantes da categoria econômica e demais abrangidas pela similaridade/proximidade de atuação sem representação específica, para comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária que se realizará no dia **27 de maio 2024 – segunda-feira**, em sua sede, sita a Rua Marechal Deodoro, 51 – conjunto 1701 - Galeria Ritz - Centro – Curitiba-Pr; às 09h00 em 1ª convocação ou em 2ª convocação, 30 (trinta) minutos após, com qualquer número de presentes.

ORDEM DO DIA:

- 1º) Analisar, discutir, votar e aprovar e/ou contrapor à proposta apresentada pelo SINPEFEPAR, quanto à Convenção Coletiva de Trabalho 2024/2025 – segmento ACADEMIAS;
- 2º) Fixação da Contribuição Assistencial Patronal.

Curitiba, 08 de maio de 2024

Ali Tarbine – Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA

**EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA
 AUDIÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS
 1º QUADRIMESTRE DE 2024 – SAÚDE**

O Presidente da Câmara Municipal de Curitiba, no uso de suas atribuições legais, COMUNICA que será realizada Audiência Pública no dia 28 de maio de 2024, terça-feira, às 9h, em Sessão Plenária presencial, de acordo com o previsto no art. 36, § 5º, da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, para que a Secretária Municipal de Saúde, na qualidade de gestora do Sistema Único de Saúde na esfera do Governo Municipal, apresente o relatório referente ao primeiro trimestre do ano de 2024. A sessão será transmitida em:

<https://www.youtube.com/c/camaramunicipaldecuritiba>
 PALÁCIO RIO BRANCO, 8 de maio de 2024.

**Marcelo Tscha Fachinello
 Presidente**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIALVA

**AVISO DE LICITAÇÃO
 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 817/2024.
 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2024.**

Objeto: Aquisição de barracas - tipo TENDA para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Marialva – PR, pelo Menor Preço por Item. Obtenção do Edital: Através da Internet pelos endereços eletrônicos: www.bll.org.br e www.marialva.pr.gov.br. Recebimento das Propostas até o dia 29 de maio de 2024 até às 08h30min. Abertura das Propostas dia 29 de maio de 2024 às 09h00min. Informações: (44) 3232-8372 (voz) ou compras@marialva.pr.gov.br. Marialva-Pr, 08 de maio de 2024.

**VICTOR CELSO MARTINI
 Prefeito Municipal**



**AVISO DE LICITAÇÃO
 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 020/2024
 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 42/2024
 UASG 455978**

O MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.105.550/0001-37, com sede na Praça Bom Jesus, n.º 44, Centro, Mandirituba, Paraná, CEP 83.800-058, torna público que realizará licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, de acordo com a Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como das disposições constantes do Decreto Municipal n.º 1216, de 13 de abril de 2023, e demais normas aplicáveis. O Edital completo poderá ser retirado no Departamento de Compras e Licitações, em dias úteis, ser visualizado na íntegra no site: www.mandirituba.pr.gov.br, www.gov.br/compras ou fornecido por solicitação ao e-mail: licitacoes@mandirituba.pr.gov.br. Maiores informações pelo fone: (41) 36261122 Ramal 224.

Objeto: Aquisição de balança eletrônica e prensa enfardadeira em atendimento ao instrumento de repasse n.º 4114302/2023 pela Itaipu - Programa mais que Energia
Data da Sessão: 27 de Maio de 2024 às 09h00.
Valor Máximo: R\$ 165.599,99 (cento e sessenta e cinco mil, quinhentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos)

Link: www.gov.br/compras
Portal de Compras do Governo Federal – PNCP:
https://pncp.gov.br/app/editais?q=MANDIRITUBA&status=recebendo_proposta&pagina=1
 Mandirituba, 10 de Maio de 2024
Luis Antonio Biscaia - Prefeito

**SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO
 A Rec Log Araucária Empreendimentos e Participações S.A. (CNPJ:32.480.672/0001-38) torna público que recebeu do Instituto Água e Terra, a Licença de Instalação - LI, com validade de 29/04/2026, para a atividade de armazenamento e atividades auxiliares dos transportes (Licença de instalação n.º 320165) na Rua Cesar Hasselman, n.º1109 - Fazenda Velha - Araucária - Paraná (CEP:83.704-512).**



Praça Mirazinha Braga, 87 – Centro
 CEP 83.750-000 – (41) 3547.8000
<https://lapa.atende.net>

**ESTADO DO PARANÁ
 Município da Lapa
 SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO
 AMBIENTAL**

A Prefeitura Municipal da Lapa, CNPJ 76.020.452/0001-05, torna público que requereu ao Instituto Água e Terra, a Autorização Ambiental para pavimentação asfáltica e posterior pavimentação asfáltica das ruas André Hammerschmidt; Bom Jesus Dos Passos e Francisco Vidal, Lapa-PR.

Lapa, 10 de maio de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIALVA-PR

**AVISO DE LICITAÇÃO
 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1297/2024.
 CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº 04/2024.**

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço na construção de vestiário, em Ginásio de Esportes, localizado junto ao Conjunto Habitacional João de Barro, neste município de Marialva – PR, pelo Menor Preço Global. Obtenção do Edital: Através da Internet pelos endereços eletrônicos: www.bll.org.br e www.marialva.pr.gov.br. Recebimento das Propostas até o dia 24 de junho de 2024 até às 08h30min. Abertura das Propostas dia 24 de junho de 2024 às 09h00min. Informações: (44) 3232-8372 (voz) ou compras@marialva.pr.gov.br. Marialva-Pr, 03 de maio de 2024.

**VICTOR CELSO MARTINI
 Prefeito Municipal**



CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA

**EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA
 AUDIÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS
 1º QUADRIMESTRE DE 2024 – FINANÇAS**

O Presidente da Câmara Municipal de Curitiba COMUNICA que a Comissão Permanente de Economia, Finanças e Fiscalização, no uso de suas atribuições legais, realizará Audiência Pública, no dia 27 de maio de 2024, segunda-feira, às 9h, em Sessão Plenária presencial, de acordo com o previsto no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e art. 62-A da Lei Orgânica Municipal, para que os Poderes Executivo e Legislativo demonstrem e avaliem o cumprimento das metas fiscais do primeiro trimestre de 2024. A audiência pública trimestral estará disponível em: www.youtube.com/c/camaramunicipaldecuritiba.

PALÁCIO RIO BRANCO, 8 de maio de 2024.

**Marcelo Tscha Fachinello
 Presidente**

Chamamento Público nº 002/2024

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Bem-Estar Animal, torna público que **CRENCIOU**, para futuras contratações na prestação de serviços veterinários de esterilização (castração) e microchipagem em animais domésticos (cães e gatos) as clínicas conforme abaixo:

Razão Social	CNPJ	Itens credenciados (relacionados no item 2.1 do edital)
ARCA DE NOÉ CLÍNICA VETERINÁRIA LTDA	33.942.176/0001-11	Itens: 01, 02, 03, 04 e 05.
CLÍNICA VETERINÁRIA MONTEIRO E FAGANELLO LTDA	34.361.743/0001-09	Itens: 01, 02, 03, 04 e 05.
A. T. DA SILVA BASSANI CLÍNICA LTDA	41.789.589/0001-36	Itens: 01, 02, 03, 04 e 05.

Paço Municipal Prefeito Wilson Ferreira Varella, em 10 de Maio de 2024.

**Luís Cláudio Albuquerque
 Michel Thomaz de Souza**

MARY SCHAFFER

Mary Schaffer | marybschaffer@gmail.com



Vanessa Azevedo comemorando o dia das mães com as amigas Simonika Alves, Ana Delai e Andréia Tozetti na minha Cazza & Co. Artigos lindos de cama e banho foram sorteados.

Karol Suguikawa reuniu representantes de vários escritórios de arquitetura e designers na elegante Breton, para falar sobre os trends de Milão. Click César Franco, Olga Bergamini, Maristela Fischer e Beth Egas.



Comemorando idade nova Mara Cordeiro reuniu amigos no bar Grutta. Click Suzana Nogi e Eva Perotta ladeando a aniversariante.



Na festa de Mara Cordeiro, Márcia Toccafondo, Vânia Dalmaiz, Neuza Madalosso e Bruna Esmanhoto.



Esses são os irmãos Lucas e Paulo Muller, que estão fazendo e acontecendo no badalado A Grutta, ali no Batel.



A maquiadora Kelly do Vimax foi quem produziu a noiva de merchandising da Villa de Las Novias, da empresária Alessandra Sesti. O espaço Vimax foi tomado pelo clima CASAMENTO.



Dica de um excelente Happy Hour meu e da Thabata Martin: o The Oak, com open de vinho às quartas-feiras.



* Siga-me no instagram Bymaryschaffer

MLC Infra Construção S.A.

CNPJ nº 31.858.881/0001-00
Relatório da Administração

Senhores Acionistas, A administração da MLC Infra Construção S.A. submete à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. As informações estão apresentadas em milhares de reais. **Relacionamento com Auditores Independentes:** A Companhia tem contratado os serviços de auditoria externa da **Dataseñor Auditores Independentes**, não sendo objeto do contrato quaisquer outros serviços complementares que possam sugerir conflitos de interesse. **Demonstrações Contábeis:** A administração revisou e concorda com as Demonstrações Contábeis e também com o relatório de auditoria independente emitido sobre as respectivas Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, reconhecendo as novas premissas contábeis em uso no País com vistas à convergência às normas internacionais de contabilidade. **Ricardo Mello Malucelli - Diretor-Presidente**

Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de Reais)

Balanco Patrimonial			Notas Explicativas		2023		2022	
Ativo/Circulante								
Caixa e Equivalentes de Caixa	"2.2.1." e "4"	12.133	5.192					
Duplicatas	"2.2.3." e "5"	280						
Estoques	"2.2.4."	221	176					
Adiantamentos Concedidos	"2.2.5."	259	41					
Créditos Tributários	"2.2.6." e "6"	518	401					
Outros Créditos	"2.2.6."	712	958					
		14.123	6.768					
Não Circulante								
Partes Relacionadas	"2.2.7." e "7"	6.092	48.000					
Clientes	"2.2.3." e "5"	102.662						
Investimentos	"2.2.7." e "8"	227.867	31.618					
Imobilizado	"9"	6.686	161					
		343.307	79.779					
Total do Ativo		357.430	86.547					
Balanco Patrimonial			Notas Explicativas		2023		2022	
Passivo e patrimônio líquido/circulante								
Fornecedores	"10"	2.080	2.090					
Obrigações Tributárias	"11"	181	161					
Obrigações Trabalhistas	"12"	10	20					
Adiantamento de Clientes		280						
		2.551	2.271					
Não Circulante								
Partes Relacionadas	"7"	32.771	543					
Participações em Consórcio		2						
		32.773	543					
Patrimônio líquido								
Capital Social	"13"	306.710	88.140					
Reserva de Lucros		18.521	(4.407)					
(-) Ações em Tesouraria		(3.125)						
		322.106	83.733					
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		357.430	86.547					

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reservas Legal	Reservas de lucros	Ações em Tesouraria	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	88.140				(4.653)	83.487
Lucro Líquido do Exercício					246	
Saldos em 01 de janeiro de 2023	88.140				(4.407)	83.733
Aumento de Capital	263.178					263.178
Cisão Parcial	(44.608)				(3.392)	(48.000)
Lucro Líquido do Exercício					26.320	26.320
Dividendos Mínimos Obrigatórios		1.316			(1.316)	
Reserva de Lucros			17.205		(17.205)	
Ações em Tesouraria				(3.125)		(3.125)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	306.710	1.316	17.205	(3.125)		322.106

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1. Contexto Operacional: A MLC Infra Construção S.A., é uma Companhia fechada. Está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 31.858.881/0001-00, e NIRE - Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 41.300.095.264. Está sediada na Cidade de Curitiba (PR), Rua Visconde de Nacar, nº 1441, 4º Andar, Sala 4, CEP 80.410-201. A Companhia tem por objetivo social prestar serviços de Engenharia Civil no ramo de construção em todo o Território Nacional. Em complemento a sua atividade fim, detém participação societária na seguinte empresa: • CPE Participações S.A. - CNPJ 10.673.103/0001-76 - Participação Acionária de 37,65%. • J6 Energia Renovável S.A. - CNPJ 04.407.406/0001-44 - Participação Acionária de 10,92%. **2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Contábeis:** 2.1. **Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As Demonstrações Contábeis da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Na elaboração das Demonstrações Contábeis individuais, a Companhia adotou as alterações na legislação societária, introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, que modificam a Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Administração em 30 de Abril de 2024. **2.2. Principais Práticas Contábeis Adotadas:** As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Contábeis estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício apresentado, salvo quando indicado de outra forma. **2.2.1. Caixa e Equivalentes de Caixa:** Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, com risco insignificante de mudança de valores, sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na Demonstração dos Fluxos de Caixa. Estão apresentados em detalhes na nota explicativa "4". **2.2.2. Aplicações Financeiras:** Estão demonstradas pelos custos de aplicação, acrescidos dos rendimentos proporcionais correspondentes até as datas dos balanços. Referem-se a aplicações financeiras de liquidez em títulos de CDB de renda Fixa. **2.2.3. Créditos com Clientes:** Apresentados na nota explicativa "5", são reconhecidos pelos valores faturados e pelos valores contratados já realizados mediante medições aceitas pelos clientes e por direitos ganhos em discussões judiciais. Não foram identificados valores sujeitos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. Os valores previstos para serem realizados após o período de 1 ano, estão classificados no Ativo não Circulante. **2.2.4. Estoques:** Correspondem a materiais adquiridos para utilização nas obras a realizar pela Companhia e são avaliados pelos custos médios de aquisição e não excedem aos valores recuperáveis, através dos seus custos de reposição ou valores de realização no mercado, em consonância com as disposições do CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. **2.2.5. Adiantamentos Concedidos:** Correspondem a adiantamentos de férias, adiantamentos de viagens e adiantamentos a fornecedores para serviços futuros e estão registrados a custos históricos. **2.2.6. Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes:** Os ativos não reconhecidos nos balanços quando for provável que seus benefícios econômicos futuros favoreçam a Companhia e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança. Os ativos, demonstrados a valores de realização, são classificados como ativo circulante, quando sua recuperação ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, após as datas-bases dos balanços; caso contrário, são classificados como ativos não circulantes. **2.2.7. Créditos e Obrigações com Partes Relacionadas:** Referem-se a contas-correntes mantidas com empresas ligadas, sem remuneração e com vencimento indeterminado. Estão apresentados em detalhes na nota explicativa "7". **2.2.8. Investimentos:** Correspondem a participações diversas em empresas ligadas ao grupo, avaliadas por equivalência patrimonial. Estão detalhadas apresentados na nota explicativa "8". **2.2.9. Imobilizado:** Apresentado em detalhes na nota explicativa "9", está registrado aos custos de aquisição ou construção, deduzidos das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, baseadas na vida útil econômica estimada de cada componente. Itens do Ativo Imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As despesas com manutenção e reparos são contabilizadas como despesas quando não afetam significativamente a vida útil dos bens; ou agregados ao valor do ativo quando contribuem de forma relevante para o aumento do prazo de vida útil das instalações e dos equipamentos. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de período financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. A Administração concluiu que as premissas históricas utilizadas estão adequadas, não havendo efeitos relevantes, tão pouco ajustes contábeis necessários ou riscos de *impairment* em ambos os exercícios. Os ganhos e perdas na alienação de um item do Ativo Imobilizado apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas não operacionais. O valor contábil líquido do Ativo Imobilizado é avaliado segundo os preceitos do CPC 27 e não excede o seu valor recuperável, em conformidade com as disposições do CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. As taxas de depreciação utilizadas são as seguintes:

Grupo de Bens	Taxa anual
Móveis e Utensílios	10%
Ferramentas e Equipamentos	10%
Hardware	20%
Instalações	10%
Veículos	20%

2.2.10. Passivos Circulantes e Não Circulantes: Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos incorridos até as datas de cada balanço patrimonial. As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.2.11. Reconhecimento da Receita:** A Receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, abatimentos e descontos. Geralmente, o montante de receitas brutas é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas. A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia **2.2.12. Distribuição de Dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas Demonstrações Contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição, pela Administração, do dividendo mínimo obrigatório de 25%, conforme previsto no Estatuto da Companhia. **3. Gestão de risco Financeiro:** • **Fatores de risco Financeiro:** As atividades da Companhia o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco estabelece os princípios para a gestão de áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. A Companhia não tem como política o uso de instrumentos financeiros derivativos. • **Risco Cambial:** A Companhia não realiza transações em moeda estrangeira. • **Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo Associado com Taxa de Juros:** O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e de empréstimos de longo prazo. As aplicações financeiras estão expostas à variação do CDI e os empréstimos quando existentes a variação do CDI e taxas de juros prefixadas. A área de Tesouraria monitora constantemente a

	2023	2022
6. Créditos Tributários:		
IRRF s/ Aplic. Financ. e Serviços	122	18
INSS a Compensar	396	383
Total de Créditos	518	401
7. Créditos com Partes Relacionadas:		
Créditos		48.000
Companhia Paranaense de Construção	6.074	
Consórcio Afonso Pena	18	
Total de Créditos com Partes Relacionadas	6.092	48.000
Obrigações		
CPE Participações S.A.	32.228	
Terceiros	543	543
Total de Obrigações com Partes Relacionadas	32.771	543
9. Imobilizado:		
Saldo em 31 de dezembro 2021		
Baixas	(3)	
Depreciação	(13)	(4)
Saldo em 31 de dezembro 2022	103	49
Adições	112	1.865
Baixas	(3)	(50)
Depreciação	(14)	(271)
Baixas Depreciação		3
Saldo em 31 de dezembro 2023	98	1.694

	2023	2022
10. Fornecedores:		
Contas a pagar a fornecedores terceiros	2.080	2.090
	2.080	2.090
11. Obrigações Tributárias:		
PIS/COFINS/CSLL - Lei 10.833/03	5	
IRRF Retido a Recolher PJ	1	
PIS a Recolher	2	
COFINS a Recolher	12	
IRPJ a Recolher	112	112
CSLL a Recolher	49	49
	181	161
	2023	2022
12. Obrigações Trabalhistas:		
INSS a Recolher	2	1
FGTS a Recolher	1	1
Provisões de 13º Salário e Férias	7	18
	10	20

13. Provisão para Contingências: Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Para a data-base 31/12/2023 a empresa não possui processos civis/trabalhista/tributária com natureza passiva, classificada como provável. Abaixo demonstramos as ações de natureza ativa e passiva para data-base 31/12/2023.

	2023	2022	
Provisões para Contingências			
Totalizador			
Passiva: Descrição	Civil	Tributária	Trabalhista
Provável			
Possível			595.530
Remoto			
Totalizador			595.530

14. Patrimônio Líquido: • **Capital Social:** Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia é de R\$ 306.710 milhões, composto por 306.710.000 ações ordinárias nominativas, (R\$ 140, em 2022) no valor unitário de R\$ 1,00 (um real). Aos 30 dias de junho de 2023 a Companhia Paranaense de Construção S/A, através da 12ª Assembleia Geral Extraordinária, aprovou a Cisão Parcial com a versão da sua parcela cindida para a Cindenda MLC Infra Construção S.A., nos termos do Protocolo e Justificação. Em razão da Cisão Parcial, o capital social da Companhia Paranaense de Construção S/A será reduzido em R\$ 263.177.847,00 (duzentos e sessenta e três milhões, cento e setenta e sete mil, oitocentos e quarenta e sete reais), mediante o cancelamento e extinção de 263.177.847,00 (duzentos e sessenta e três milhões, cento e setenta e sete mil, oitocentos e quarenta e sete reais) ações ordinárias nominativas. A Operação segregou o ativo líquido formado por contratos com clientes, medições a faturar, créditos de ações judiciais e de ente da administração pública, investimentos, Bens de uso diversos, como equipamentos, máquinas, instalações, veículos etc., avaliados em R\$ 263.177.847,00 (duzentos e sessenta e três milhões, cento e setenta e sete mil, oitocentos e quarenta e sete reais). • **Reserva Legal:** É constituída à razão de 5% de lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o máximo de 20% do capital social. • **Reserva de Lucros Retidos:** A reserva de lucros retidos refere-se ao saldo

	2023	2022
15. Receitas de Vendas e Serviços:		
Receita de Construção pesada		7.419
Impostos incidentes sobre vendas e descontos		(403)
		7.016
16. Custos por Natureza:		
Custo com Pessoal		58
Custo com Construção		1.777
		1.835
17. Despesas Comerciais:		
Publicações		12
		12
18. Despesas Gerais e Administrativas:		
Serviços Prestados Pessoa Jurídica		221
Auditoria Externa		11
Manutenção de Bens		1
Impostos e Taxas		8
Depreciação		549
Viagens		18
Rateio de Despesas		1.242
Outros		4
		2.054
19. Outras Receitas/Despesas Operacionais:		
ND - Recuperação Despesa de Obra		386
Perda Alienação/Baixa de Imobilizado		(2.566)
		2.952
20. Resultado Financeiro:		
Despesas Bancárias		(3)
IOF		(86)
Juros Pagos		(1)
		(90)
Rec. s/Aplic. Financeiras		529
		529
Resultado Financeiro		439
21. Imposto de Renda e Contribuição Social:		
Lucro/Prejuízo antes dos impostos		26.320
Alíquota vigente - %		34%
Imposto calculado com base na alíquota vigente		8.949
Ajuste para cálculo pela alíquota efetiva:		
Participações Societárias		(26.871)
Lucro/Prejuízo antes do IR e CSLL		(551)
(-) Imposto de Renda Corrente		
(-) Contribuição Social Corrente		
IRPJ e CSLL apurados		

Ricardo Mello Maucelli - Diretor
Valdecir Ferraz Machado - Contador - CRC/PR 25.494/O-4

continua →

-★ continuação

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis da MLC Infra Construção S.A.

Aos Administradores e Acionistas da **MLC Infra Construção S.A.** - Curitiba - Paraná. **Opinião com Ressalva:** Examinamos as demonstrações contábeis da **MLC Infra Construção S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **MLC Infra Construção S.A.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção, intitulada "Responsabilidades dos Auditores Independentes". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis. Não existem principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. **Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório dos Auditores:** A administração da **MLC Infra Construção S.A.** é responsável por outras informações que acompanham as demonstrações contábeis. A entidade, devido suas características específicas, possui estrutura e forma de apresentação própria das demonstrações contábeis, não apresentando outras informações. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança Sobre as Demonstrações Contábeis: A administração da **MLC Infra Construção S.A.** é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração da **MLC Infra Construção S.A.** é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da **MLC Infra Construção S.A.** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade dos Auditores Independentes:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: ✓ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não

deteção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. ✓ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia. ✓ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. ✓ Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **MLC Infra Construção S.A.** Se concluímos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. ✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, inclusive se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 07 de maio de 2024

Atenciosamente,
DataSenior
Auditores Independentes SS
CRC PR-009427/O-0Hyellen dos Santos Bispo Martins
CRC PR 053849/O-2
Sócia - Responsável Técnica

MUNICÍPIO DE CIANORTE

Aviso de Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 28/2024
O Município de Cianorte, através da Divisão de Licitações, torna público, para conhecimento a quem interessar possa, que com autorização do Exmo. Sr. Prefeito, e de acordo com a legislação em vigor, que fará realizar, na Sala da Divisão de Licitações, sito no Centro Cívico nº 100, Cianorte, Paraná, PREGÃO ELETRÔNICO, tipo menor preço, com o seguinte objeto: **Aquisição de conjuntos para implementar o projeto de educação tecnológica e robótica educacional, e serviços de formação para Secretaria Municipal de Educação de Cianorte.** Credenciamento até as 08h30min do dia 04 de Junho de 2024 através do site www.licitacoes.caixa.gov.br; o recebimento das propostas até as 9hrs do dia 04 de Junho de 2024; início da sessão às 9hrs do dia 04 de Junho de 2024; oferecimento de lances a partir das 09h30 do dia 04 de Junho de 2024. O Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, bem como informações quanto a quantidades, prazos, valores estimados e demais condições estão disponíveis no endereço <http://ip.cianorte.pr.gov.br:8082/portaltransparencia/licitacoes>. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos deverão ser dirigidos ao Pregoeiro. Fone: (44) 3619-6332 ou (44) 3619-6209.

Cianorte, em 10 de Maio de 2024.

Gilberto Yoshio Matuo
Chefe da Divisão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAIS
PARANÁ
Secretaria Municipal de Administração

Aviso de Licitação

Pregão Eletrônico nº 059/2024
Sistema de Registro de Preços

Objeto: Aquisição de material de expediente para a Prefeitura Municipal de Pinhais e Pinhais Previdência. **Tipo de Licitação:** Menor Preço **Valor Máximo:** R\$ 2.777.332,72. **Data de Início Recebimento das Propostas:** 13/05/2024. **Abertura da Sessão:** dia **24/05/2024, às 09:00 horas** (horário oficial de Brasília) no site <http://www.bnc.org.br> - Bolsa Nacional de Compras - BNC. Edital: Estará disponível aos interessados, nos sites <http://www.bnc.org.br>, <https://www.gov.br/pncp/pt-br> e www.pinhais.pr.gov.br link licitações do dia 13/05/2024 ao dia 23/05/2024. Informações: poderão ser obtidas nos sites acima relacionados ou pelo email: catia.santos@pinhais.pr.gov.br ou pelo telefone (041) 99147-7864, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h. Pinhais, 10/05/2024.

Pregão Eletrônico nº 058/2024
Sistema de Registro de Preços

Objeto: Contratação de serviços especializados em coleta e correta disposição de insetos com ferrão, em vias públicas, áreas e imóveis do Município de Pinhais. **Tipo de Licitação:** Menor Preço **Valor Máximo:** R\$ 191.120,00. **Data de Início Recebimento das Propostas:** 13/05/2024. **Abertura da Sessão:** dia **29/05/2024, às 09:30 horas** (horário oficial de Brasília) no site <https://bllcompras.com/> - Bolsa de Licitações do Brasil - BLL. Edital: Estará disponível aos interessados, nos sites <https://bllcompras.com/>, <https://www.gov.br/pncp/pt-br> e www.pinhais.pr.gov.br link licitações do dia 13/05/2024 ao dia 28/05/2024. Informações: poderão ser obtidas nos sites acima relacionados ou pelo email: nilcelia.alves@pinhais.pr.gov.br ou pelo telefone (041) 99147-7864, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h. Pinhais, 10/05/2024.



SINDICATO DOS TRABALHADORES EM URBANIZAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ
GESTÃO 2022/2026
CONSTRUINDO A LUTA NO PARANÁ

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA

O Presidente do **SINDIURBANO-PR** – Sindicato dos Trabalhadores em Urbanização do Estado do Paraná vem pelo presente convocar todos os trabalhadores da COHAB – Companhia de Habitação Popular de Curitiba, para a realização da Assembleia Específica por Empresa, conforme estabelecem os artigos 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28 do Estatuto Social da entidade, a ser realizada no auditório da COHAB CT sito à Rua Barão do Rio Branco, 45 - 3º andar - Curitiba – PR, no dia 14 de maio de 2024 em primeira chamada às 13h00min com a presença de metade mais um dos trabalhadores e, em segunda chamada, 30 minutos após, com qualquer número de presentes, com a seguinte pauta:

- I. Concessão de poderes à Diretoria do Sindicato, pelos empregados associados e os não associados, para realizar as negociações da data-base, bem como, celebrar e assinar Acordo Coletivo de Trabalho da COHAB – Companhia de Habitação Popular de Curitiba;
- II. Discussão, deliberação e autorização prévia e expressa da categoria de trabalhadores representados e não filiados ao sindicato, para a anuidade do desconto da taxa negociada desses trabalhadores no importe de 3% (três por cento) do salário base no mês seguinte a assinatura do ACT;
- III. Discutir, deliberar e aprovar pauta de reivindicação para o Acordo Coletivo de Trabalho 2024/2025 da COHAB – Companhia de Habitação Popular de Curitiba;
- IV. Autorização para que a Direção do SINDIURBANO-PR suscite medidas administrativas e/ou judiciais (dissídio coletivo e outros), caso resultem infrutíferas as tentativas de negociação coletiva diretamente com a COHAB – Companhia de Habitação Popular de Curitiba;

Curitiba, 10 de maio de 2024

Valdir Aparecido Mestriner
Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIALVA-PR

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 869/2024.
CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº 03/2024.

Objeto: Contratação de pessoas físicas ou jurídicas para oficinairos de Violão/Canto Coral, Assistente Social, Psicólogo, Oficina de Artesanato, Profissional Orientador Social ou Educador Social, atendendo as demandas da Secretaria Municipal de Assistência e Cidadania, pelo Menor Preço Por Item. Obtenção do Edital: Através da Internet pelos endereços eletrônicos: www.bll.org.br e www.marialva.pr.gov.br. Recebimento das Propostas até o dia 21 de junho de 2024 até às 08h30min. Abertura das Propostas dia 21 de junho de 2024 às 09h00min. Informações: (44) 3232-8372 (voz) ou compras@marialva.pr.gov.br
Marialva-Pr, 03 de maio de 2024.

VICTOR CELSO MARTINI - Prefeito Municipal



3350.6620

Aponte a câmera do celular para o QR Code abaixo e acesse a página de Publicidade Legal do BEMPARANÁ.

Acesse também pelo link: <https://www.bemparana.com.br/publicidade-legal/>